



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALMOURÃO

PRAÇA DA BANDEIRA, 600 - CEP 17720-000 - SALMOURÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI NÚMERO 719 DE 22 DE SETEMBRO DE 1.999

**Dispõe sobre a Inspeção Sanitária dos
Produtos de origem animal, institui taxas e da
outras providências.**

O cidadão JOSÉ PRAVATO, Prefeito Municipal de Salmourão, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

CAPITULO I

Da criação e fiscalização

Artigo 1º.- Fica criado o serviço de Inspeção Municipal – SIM, que terá por objetivo a fiscalização prévia sob o ponto de vista industrial e sanitário dos produtos de origem animal.

Parágrafo Único – Os produtos finais a que se refere esta Lei, poderão ser comercializados nos municípios e Distritos.

Artigo 2º.- Estão sujeitas à inspeção prevista nesta Lei:

- I- os animais destinados à matança, seus produtos, subprodutos e matérias primas;
- II- o pescado e seus derivados;
- III- o leite e seus derivados;
- IV- o ovo e seus derivados;
- V- o mel, a cera de abelha e outros produtos da colmeia.

Artigo 3º.- A fiscalização de que trata o artigo 1º, far-se-á nos termos da Lei Federal n.º 1.283, de 18 de dezembro de 1.950, da Lei Federal n.º 7.889, de 23 de novembro de 1.989, e da Lei Estadual n.º 8.206, de 30 de dezembro de 1.992, e será exercida:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALMOURÃO

PRAÇA DA BANDEIRA, 600 - CEP 17720-000 - SALMOURÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

- I - nas propriedades rurais ou fontes produtoras e no trânsito dos produtos de origem animal;
- II - nos estabelecimentos industriais especializados;
- III - nos entrepostos ou estabelecimentos que recebem, manipulam, armazenam, conservam, acondicionam produtos de origem animal;
- IV - nas casas atacadistas e nos estabelecimentos varejistas.

Artigo 4º.- Será competente para realizar a fiscalização prevista nos incisos I, II e III, o Departamento Municipal de Agricultura ou Departamento Municipal de Saúde, devendo dispor dos recursos necessários, inclusive, de profissional competente, conforme Lei n.º 5.517/68, no que diz respeito à inspeção dos produtos de origem animal.

Parágrafo Único - A fiscalização de que trata o inciso IV, será exercida conforme a Lei Federal n.º 7.889 e Lei Federal n.º 8.208, pelo Departamento de Saúde.

Artigo 5º.- Nenhum estabelecimento que se enquadre nos termos do artigo 3º, funcionar no Município sem que esteja devidamente registrado na Prefeitura Municipal, quando praticar apenas o comércio municipal.

Artigo 6º.- O Poder Executivo baixará dentro de 60 dias, contados a partir da data da publicação desta Lei, o regulamento e atos complementares sobre a Inspeção Industrial e Sanitária dos Estabelecimentos referidos no artigo 3º.

Parágrafo Único- A regulamentação de que trata este artigo abrangerá:

- I - as condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de produção, manipulação, armazenamento, transporte e comercialização de produtos;
- II - a fiscalização e o controle do uso de aditivos empregados na industrialização;
- III - os exames técnicos, microbiológicos, histológicos e químicos de matérias primas e produtos;
- IV - a fiscalização e as condições técnico-sanitárias dos estabelecimentos em que são produzidos, preparados, manipulados, beneficiados, acondicionados, armazenados, transportados e comercializados os produtos;
- V - a fiscalização das condições de higiene e saúde das pessoas que trabalham nos estabelecimentos referidos no inciso anterior;
- VI - quaisquer outros detalhes necessários à maior eficiência dos serviços.

Artigo 7º.- Compete ao Departamento responsável pela fiscalização citada no artigo 4º:

- I - estabelecer normas técnicas de produção e classificação de produção dos produtos de origem animal;
- II - coordenar o treinamento técnico do pessoal envolvido no serviço de inspeção municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALMOURÃO

PRAÇA DA BANDEIRA, 600 - CEP 17720-000 - SALMOURÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

CAPITULO II

Das Penalidades

Artigo 8º.- Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível à infração à presente Lei, acarretará, isolada ou cumulativamente as seguintes sanções:

- I - advertência escrita, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má fé;
- II - multa de até 200 (duzentos) UFIR ou equivalente, nos casos não compreendidos no item anterior;
- III - apreensão ou condenação das matérias primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentar condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destina ou forem adulterados;
- IV - interdição de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higienico-sanitária, ou no caso de embargo à ação fiscalizadora;
- V - interdição total ou parcial, de estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação, ou se verificar mediante inspeção a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

§ 1º - As multas previstas neste artigo serão gravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes e agravantes, a situação econômico-financeira do infrator.

§ 2º - a interdição de que trata o inciso V, poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

§ 3º - se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, no prazo de 12 (doze) meses, será efetuada a cassação do alvará de funcionamento.

Artigo 9º.- Aos infratores do regulamento e atos complementares e instruções que forem expedidas, será aplicada a penalidade de multa de 100 (cem) e 200 (duzentos) UFIR ou sanção equivalente.

§ 1º - Será aplicada multa de 100 (cem) a 200 (duzentos) UFIR, aos que:

- I - desobedecerem a quaisquer exigências sanitárias e higiênicas do estabelecimento, dos equipamentos, do trabalho de manipulação, inclusive aos que fornecem leite adulterado, fraudado e falsificado, e aos que expuserem ovos em mistura sem classificação;
- II - acondicionarem ou embalarem produtos em recipientes e continentes não permitidos;
- III - forem responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação;
- IV - forem responsáveis pela não colocação em destaque do carimbo o S.I.M., nas testeiras, rótulos ou produtos ou que infringirem outras exigências sobre rotulagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALMOURÃO

PRAÇA DA BANDEIRA, 600 - CEP 17720-000 - SALMOURÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

§ 2º- Será aplicada multa de 200 (duzentos) a 400 (quatrocentos) UFIR, aos que:

- I - lançarem mão de rótulo e carimbos oficiais, para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos que não estejam registrados no S.I.M.;
- II- destinarem a fins comerciais produtos para consumo privado;
- III- receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados, ingredientes ou matérias-primas que possam ser utilizados na fabricação de produtos comestíveis humanos ou de alimentação humana;
- IV- forem responsáveis por mistura de matérias primas em porcentagens divergentes da prevista;
- V - manipularem, expuserem à venda ou distribuição de produtos de estabelecimentos não registrados ou de procedência incerta;
- VI- expuserem a venda produtos a granel que devem ser entregues ao consumo em embalagens originais;
- VII- embaracem ou burlem a ação dos servidores do S.I.M. no exercício de suas funções;
- VIII- forem responsáveis por estabelecimentos que não procedam a higienização rigorosa das dependências e equipamentos;
- IX- forem responsáveis por estabelecimentos que ultrapassem a capacidade máxima de estocagem e produção permitidas;
- X - forem responsáveis pela permanência em trabalho de pessoas que não possuem carteira de saúde ou documento oficial equivalente;
- XI- forem responsáveis por estabelecimentos registrados que não promoverem as transferências de responsabilidades, por ocasião da venda ou locação;
- XII- lançarem no mercado produtos cujos rótulos e fórmulas não tenham sido previamente aprovados pelo S.I.M.

§ 3º- Será aplicada multa de 400 (quatrocentos) a 600 (seiscentos) UFIR, aos que:

- I - lançarem mão de documentos, rótulos e carimbos da inspeção para facilitarem o escoamento de produtos que não tenham sido inspecionados pelo S.I.M.;
- II- forem responsáveis pela realização de construções novas, reforma ou ampliações sem a prévia aprovação do S.I.M.;
- III- usarem indevidamente os carimbos do S.I.M.;
- IV- enviarem para o consumo produtos sem rotulagem ou não inspecionados.

§ 4º- Será aplicada multa de 600 (seiscentos) a 800 (oitocentos) UFIR, aos que:

- I - forem responsáveis por quaisquer alterações, fraude ou falsificação de produtos;
- II- aproveitarem matérias primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados, no preparo de produtos para alimentação humana;
- III- embora notificados, mantiverem na produção de leite, vacas em estado de saúde imprópria para produção;
- IV- subornarem, tentarem subornar o usarem de violência contra os servidores do S.I.M. no exercício de suas funções;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALMOURÃO

PRAÇA DA BANDEIRA, 600 - CEP 17720-000 - SALMOURÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

V - derem aproveitamento condicional diferente do que foi determinado pelo S.I.M.;
VI- forem responsáveis pela fabricação de produtos em desacordo com os padrões fixados nas fórmulas aprovadas ou que sonegarem elementos informativos sobre a composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação.

§ 5º - Será aplicada multa de 1.000 (um mil) a 5.000 (cinco mil) UFIR, fixados de acordo com a gravidade da falta a critério do S.I.M. aos que cometerem outras infrações.

§ 6º - As multas previstas serão dobradas na reincidência.

CAPITULO III

Das Taxas

Artigo 10 - Ficam constituídas taxas de classificação, inspeção e fiscalização, relativas a produtos de origem animal.

Artigo 11 - O valor das taxas será determinado de acordo com a origem dos serviços convertidos em UFIR.

- I - inspeção sanitária, pelos custos dos serviços ou em UFIR, pré-fixado;
- II- registro do estabelecimento: pelo valor estipulado para alvará de funcionamento, conforme Código Tributário Municipal, ou em UFIR pré-fixado;
- III- análise prévia: pelos custos dos serviços em UFIR, pré-fixado;
- IV- análise parcial: pelos custos dos serviços em UFIR, pré-fixado;
- V- diligências: pelos custos dos serviços inclusive despesas de transporte ou em UFIR, pré-fixado.

Artigo 12 - O sujeito passivo é a pessoa física ou jurídica a quem o serviço seja prestado ou posto à disposição, ou o paciente do poder de polícia cada vez que este seja efetivamente exercido.

Artigo 13 - A falta ou insuficiência de recolhimento acarretará ao infrator a aplicação de multa igual à importância devida.

Artigo 14 - Os débitos não liquidados nas épocas próprias, serão atualizadas conforme o valor da UFIR vigente na data do efetivo pagamento, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Artigo 15 - A Prefeitura Municipal sempre que necessário, poderá atualizar os preços públicos vigentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALMOURÃO

PRAÇA DA BANDEIRA, 600 - CEP 17720-000 - SALMOURÃO
ESTADO DE SÃO PAULO

CAPÍTULO IV

Das Disposições Finais.

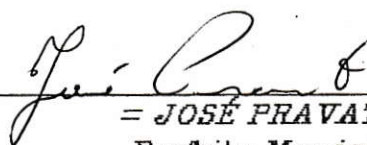
Artigo 16 - A Prefeitura Municipal poderá contratar pessoal técnico especializado, para a fiscalização sanitária objeto desta Lei, caso entre os funcionários existentes não tenham capacidade para tal finalidade, bem assim, se for o caso, criar os Cargos Públicos necessários para a perfeita implantação do presente serviço (SIM).

Artigo 17 - Diante da precariedade das instalações e funcionamento do Matadouro Municipal que ainda se encontra em fase de conclusão de suas obras e da ausência de recursos no Município para sua continuidade, fica o Poder Público Municipal autorizado a contratar com terceiros, via concessão ou permissão pelo prazo que se fizer necessário para a completa instalação, funcionamento e conclusão destas obras, tudo visando alcançar os objetivos da presente Lei, podendo o Poder Público Municipal fixar as obrigações do terceiro para o Município e deste para com o mesmo.

Artigo 18 - A presente Lei será regulamentada no prazo de 60 (sessenta) dias da data de sua aprovação.

Artigo 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salmourão, 22 de Setembro de 1.999.


= JOSÉ PRAVATO =
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na secretaria desta Prefeitura, na
data supra


= EDIS GABAU =
Secretário Administrativo